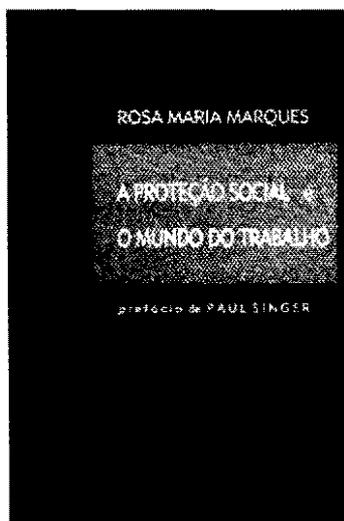


A PROTEÇÃO SOCIAL E O MUNDO DO TRABALHO



de Rosa Maria Marques
São Paulo: Bional, 1997. 192 p.

por Rosa Maria Vieira, professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da EAESP/FGV.

Mais um ensaio acadêmico a propósito da crise atual do mundo do trabalho e suas conseqüências, em que o autor laboriosamente agrupa diferentes concepções e abordagens, compondo um *bric-à-brac* teórico, na tentativa de explicar as mudanças em curso no capitalismo contemporâneo? Certamente este não é o caso do livro de Rosa Maria Marques, prefaciado por Paul Singer – *A proteção social e o mundo do trabalho*. Originalmente uma tese de doutorado realizada na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, esse estudo reflete a longa experiência de sua autora como economista e pesquisadora da FUNDAP. Alicerçado em largas pesquisas empíricas e dados atualizados, teoricamente amparado nas proposições da escola da

regulação, o texto de R. M. Marques analisa as relações mutuamente determinantes entre a crise do sistema de proteção social (*Welfare State*) e a precariedade do trabalho no mundo globalizado.

Ao tratar a crise do *Welfare State* e sua relação com o capitalismo no longo ciclo recessivo, tomado por novas tecnologias, financeiramente desregulamentado e no qual as empresas multinacionais conformam novas modalidades de produção oligopolizada, a autora não se exime da polêmica. O leitor interessado no tema encontrará aí o questionamento do termo “globalização”, na linha sugerida por François Chesnais (*A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.), a discussão das propostas de renda mínima, “em substituição ao arranjo institucional que atualmente sustenta a proteção social” (p.14), e de redução da jornada de trabalho. E, na parte final, algumas referências ao “caso brasileiro”, ou seja, à “formação do sistema de proteção social brasileiro, seus problemas atuais, [ao] conteúdo da reforma encaminhada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e [ao] acordo realizado com as centrais sindicais, como também [ao] programa de renda mínima garantida, encaminhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP)” (p.21-2).

Depois de apontar as circunstâncias históricas de emergência e desenvolvimento dos sistemas de proteção social e destacar seu papel como peça-chave no processo de acumulação fordista, a autora analisa o impacto da crise capitalista, instaurada nos anos 70, sobre o mercado de trabalho e as formas de produção, redimensionados de modo a recompor as condições favoráveis à geração do lucro. O resultado desse processo é “o mundo do trabalho de pernas para o ar”, com uma radical mudança na estrutura de emprego dos países industrializados e na sua capacidade de gerar trabalho (p.59). Ao lado das elevadas taxas de desemprego, observa-se o crescimento da desocupação de longa permanência que atinge especialmente jovens, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos. Em suma, uma nova realidade em que “a ampliação do trabalho a tempo parcial e temporário, onde a regra é a ausência de direitos trabalhistas e sociais” (p.18), e o fantasma da instabilidade passaram a fazer parte das normas do jogo do capital.

Segundo observa R. M. Marques, para esses trabalhadores que vivem a situação de desemprego de

longa duração não ocorre somente a perda do trabalho. Socialmente excluídos, isto é, desempregados numa sociedade calcada na ética do trabalho produtivo para o capital, esses "desfiliados" vêem-se também desqualificados no plano cívico e político. *"Para os que ainda têm a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade da demissão ou o fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje, não havendo mais, no seu horizonte, o amanhã. Nesse quadro de incerteza, o trabalho perde crescentemente sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade"* (p.69).

Qual o impacto dessa nova realidade sobre a ampla rede de proteção social universalizada para o conjunto da população trabalhadora nos países desenvolvidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, sob a feição do *Welfare State*? É na busca de respostas a essa pergunta que a pesquisa se estruturou.

De acordo com a autora, os efeitos imediatos se fizeram sentir sobretudo nos sistemas de proteção social financiados por contribuições. *"O crescimento do emprego, junto ao setor de serviço, foi incapaz de gerar massa salarial correspondente à queda observada junto aos demais setores, particularmente na indústria. Esse fato, somado ao crescimento da demanda por benefícios, principalmente àquela derivada de desemprego, aprofundou a fragilidade financeira que os sistemas de proteção social já vinham apresentando. De fato, o crescimento anterior da despesa com saúde e aposentadoria, bem como a queda da relação contribuintes/segurados (provocada pelo envelhecimento da população e pela maturidade dos sistemas), já colocavam dificuldades para a maioria dos sistemas europeus"* (p.18).

No quadro atual, largamente desfavorável à classe trabalhadora, acumulam-se os indícios de mudanças radicais no sistema de proteção social, sinalizadas, em particular, pela discussão corrente sobre a viabilidade ou eficácia da permanência desse sistema. É nesse contexto que ganham vigor e atualidade as propostas de **renda mínima** em países como França, Dinamarca, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, entre outros. Mas, efetivamente, o que implicam esses projetos de renda mínima garantida nos países capitalistas centrais? De que argumentos se valem a direita e a esquerda no debate em torno dessas propostas?

O livro de R. M. Marques demonstra que as res-

postas a essas perguntas passam necessariamente pelo tema da desregulamentação das relações de compra e venda da força de trabalho, pela polêmica em torno da permanência da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo e pela problemática da integração social no capitalismo de produção oligopolizada. Nesta medida, encontramos aí, desdobradas, análises da proposta neoliberal de retirada do Estado do mercado de trabalho para que a taxa de desemprego recue ou, ainda, da ética do trabalho como construção histórica do capital, que reconhece tão-somente o labor humano inserido no circuito da acumulação.

Os resultados a que chega esse estudo põem em evidência algumas discussões essenciais quanto ao futuro do mundo dos que vivem do trabalho. Refiro-me, entre outras, ao questionamento das proposições que, sustentadas numa *"leitura estática da atividade capitalista"*, colocam os níveis atuais de desemprego como naturalmente inevitáveis, desconsiderando *"a importância das lutas dos trabalhadores por redução da jornada na determinação da quantidade de trabalho demandada na economia"* (p.101) ou mesmo as possibilidades de um novo ciclo de expansão. Segundo R. M. Marques, para se *"discutir adequadamente a resolução da chamada nova questão social"*, é necessário *"que se retome o debate sobre a redução da jornada de trabalho"*. Essa seria *"a única via capaz de impedir que os ganhos de produtividade inerentes às novas tecnologias sejam unicamente apropriados pelos capitalistas, resultando apenas em desemprego e baixos salários para os trabalhadores"* (p.145).

Para além de uma polêmica sobre as reais possibilidades da redução da jornada de trabalho propiciar o pleno emprego, é importante alertar quanto aos perigos da idéia de inevitabilidade histórica. Talvez seja essa a mais importante contribuição desse estudo ao lembrar que, no capitalismo, os ganhos de produtividade sempre foram objeto de disputa entre trabalhadores e capitalistas e que, nesse processo, a luta pela diminuição da jornada de trabalho desempenhou papel central. Exclusão ou formas de sociabilidade que, generosamente, coloquem os homens numa nova relação entre si e com a natureza? As respostas não estão dadas *a priori*. Elas serão elaboradas no processo das relações sociais que fazem dos homens os agentes de sua história. □